

Jovens dão novo sentido
ao bordado e ao crochê

Inclusão de deficientes
visuais na arte e na cultura

Movimento antivacina
ameaça saúde pública

ZERO

Edição
especial

JOR
UFSC
40
ANOS

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Novembro de 2019 | Ano 38 | Número 3

CIDADANIA | Página 8

Verões dos Kaingang

À espera da Casa de Passagem, indígenas instalados em terminal de ônibus de Florianópolis sonham com seu espaço de cultura

MEIO AMBIENTE | Página 10

Sumiço do berbigão afeta renda das famílias nativas

Qualidade ambiental da água e temperaturas elevadas podem ser as causas. Extrativistas buscam alternativas para sobreviver

Publicamos mais uma edição especial do jornal **Zero**. Assim como no ano anterior, nosso objetivo com este projeto é abrir canais de divulgação online e impresso para reportagens produzidas pelos acadêmicos em outras disciplinas do curso de Jornalismo da UFSC. Para esta edição, foram convidados professores e alunos do curso a participar com envio de conteúdos e indicações de conteúdos que tenham sido produzidos ao longo do semestre de 2019-1.

Tivemos mais de 15 inscrições e, a partir do material apresentado, realizamos a curadoria dos textos, editamos, diagramamos as reportagens e, em breve, teremos suas versões traduzidas para o espanhol e o inglês. O fruto desse processo é o jornal que está agora em suas mãos para leitura.

As edições especiais do **Zero**, além de ampliar a oportunidade de se dar voz a pessoas de grande valor e com falas de impacto social, gente que nem sempre encontra oportunidade de se expressar na mídia tradicional, também se tornam importante repositório de reportagens apuradas por uma diversidade de alunos de outras fases do curso, servindo-lhes de portfólio e de referência para a posteridade. Valorizar a produção acadêmica, dando-lhe vazão para que chegue a diferentes leitores, é um movimento pedagógico de grande importância, ainda mais para a formação de futuros jornalistas.

De certa forma, este projeto busca resgatar a dinâmica do jornal-laboratório **Zero** antes de se tornar disciplina obrigatória do currículo do Jornalismo da UFSC. Naquela época, publicavam-se produções dos estudantes do curso sem distinção de fase ou de experiência, priorizando como sempre a boa qualidade da apuração e do texto. E isso pode ser conferido nas matérias desta edição.

Entre os textos aqui publicados está a reportagem sobre o recente desaparecimento do berbigão em Florianópolis, molusco que historicamente alimentou gerações inteiras de moradores da Ilha, foi importante fonte de renda das famílias e ganhou espaço na culinária mané. Qual o impacto desse sumiço? Quando aconteceu e quais as prováveis causas? A reportagem saiu para ouvir pescadores, pesquisadores, moradores e representantes de órgãos públicos.

A jornada dos índios Kaingang pela conquista de um espaço que lhes permitam fixar residência em Florianópolis, principalmente nas temporadas de verão, quando deixam as aldeias para, aproveitando o fluxo de turistas, vender artesanato e divulgar sua cultura, é outro assunto de destaque desta edição especial. Ainda na dependência do cumprimento da promessa do poder público, os Kaingang receberam os repórteres no Terminal de Integração do Saco dos Limões, onde estão provisoriamente instalados há anos, para assim mostrar a precariedade das condições em que estão e expor suas reivindicações. A construção de uma casa de cultura indígena é uma delas.

Assunto sempre revisitado e atualizado é o problema do lixo na Grande Florianópolis: nesta edição tratamos das possibilidades de redução da produção de dejetos e iniciativas já implementadas com esse objetivo. Temas revisitados aqui também são as artes manuais de bordados e crochês, mas desta vez repaginados por jovens para protestos, empoderamento, terapia e comércio. No campo das artes, a inclusão de pessoas com deficiência visual em cursos e exposições é um fator de reflexão e transformação para todos os envolvidos - e por isso é tema de outra matéria. Fechando a edição, damos destaque ao controverso movimento antivacina que recentemente ganhou as manchetes mundiais e precisa urgentemente ser debatido, sob risco de causar surtos e trazer de volta doenças erradicadas, com sérias consequências para a sociedade.

A realização das edições especiais do **Zero** deve-se ao edital Probolsas 2019 da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da UFSC, que concedeu duas vagas para bolsistas atuarem no projeto. Aproveitamos para agradecer à Proex. Aos inscritos ficamos muito agradecidos e parabéns pelos textos apresentados. Agradecemos também às professoras Fernanda Nascimento da Silva, Maria Terezinha da Silva e Melina de la Barrera Ayres pelas orientações dadas aos alunos em suas disciplinas para a produção de reportagens tão relevantes.

Obrigado a todos!
Desejamos a boa leitura!

FOTO-LEGENDA



FOTO: DIANA NDHARA DA COSTA SANTOS | ORIENTAÇÃO: PROFA. CRISTIANE FONTINHA

O que vem a ser identidade, senão como as pessoas se colocam no mundo. Em meio aos estudos versando sobre gênero, diversidade e identidade, acirraram-se os discursos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, como se só e somente houvesse essa “dicotomia biológica”. Nesse sentido é bom lembrar que a natureza faz nascer pessoas intersexo, ou hermafroditas -

termo bastante estigmatizado por se referir apenas aos genitais. Há também os que nascem com mais de dois cromossomos sexuais.

A representação das cores rosa e azul variam de acordo com o país e o século. No passado, na cultura cristã, o rosa referia-se ao manto de Jesus e o azul-celeste ao manto de Maria. Os tempos mudam, afinal *we all born naked and the rest is drag*.

ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 38 - Nº 3
Outubro de 2019

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📌 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo

Centro de Comunicação e Expressão

Universidade Federal de Santa Catarina

Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900



Reportagem Universitária

Prêmio Ministério Público do Trabalho (MPT) de Jornalismo 2018



Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca

Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000



Melhor Jornal-Laboratório

EXPOCOM SUL 2015 & 2017



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil

EXPOCOM 2015



Reportagem em Jornalismo Impresso

EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018



Reportagem em Jornalismo Impresso

EXPOCOM SUL 2017 & 2018



Melhor Peça Gráfica

Set Universitário | PUC-RS

1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998

REPORTAGEM

Carol Gómez, Carolina Vaisz, Isabela Petrini Moya, João Balestrin, Lucas de Amorim, Ne-gatxa Patté, Oscar Führ, Rafaela Coelho, Rodrigo Barbosa e Sofia Mayer

REDES SOCIAIS

Bruna Ferreira, Letícia Silva, Maria Heloísa Vieira e Yeda Teixeira

FOTOGRAFIA

Carol Gómez, Rafaela Coelho, Rodrigo Barbosa e Sofia Dietmann

DIAGRAMAÇÃO

Aline Ramalho, Ildo Francisco Golfetto, Natália Walter e Rafaela Coelho

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Daniel Sborz e Suelen Rocha

CAPA

Rafaela Coelho

Foto: Rodrigo Barbosa

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)

Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Vitória Raio de Luar dos Santos

ESTAGIÁRIAS

Lívia Schumacher e Aline Ramalho

BOLSISTAS

Evangelina Oggero Viviani, Rafaela Coelho e Sofia Faquetti Madeira

IMPRESSÃO

Imprensa UFSC

DISTRIBUIÇÃO E TIRAGEM

1.000 exemplares - Nacional

FECHAMENTO

31 de outubro de 2019

Jovens usam bordado como crítica social

De atividade reservada às mulheres, hoje é arte que empodera e gera independência

Arte manual é coisa de mulher. Mas de mulher empoderada, que sabe o que quer, e que faz porque tem vontade fazer. Mas, se quiser, é atividade para homem também, sem distinção de gênero, nem de idade. Esse olhar moderno para algo tão tradicional tem a ver com um novo momento histórico, em que as redes sociais servem de apoio para jovens descobrirem o gosto pelo manuseio das linhas e agulhas. Com novas ideias, eles ressignificam o bordado e o crochê, expondo críticas sociais e buscando independência financeira através das confecções.

As florzinhas, que antigamente decoravam os panos de louça e enxovais para a casa, deram lugares a frases de empoderamento e desenhos que exaltam a figura feminina e os gostos pessoais dos artistas. Diferente da época de seus avós, jovens hoje têm transformado o bordado e o crochê em fonte de renda, terapia e canal para expressar sentimentos. Tornou-se uma arte antiga, reformulada pelas mãos das novas gerações e empoderada a partir de valores contemporâneos.

Bordar para empoderar

Se antes uma mulher que pensava em se sustentar com seus trabalhos era motivo para olhares tortos, hoje, a concepção da atividade como algo artístico, que proporciona prazer e gera fonte de renda, vem cheia de quebras de paradigmas. Carla Ramos, de 23 anos, é uma dessas jovens que viu no bordado uma forma de alcançar a independência financeira e construir uma marca. Estudante de Licenciatura em Teatro na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), ela não só produz suas artes, como concilia o trabalho nos palcos com o gerenciamento do próprio negócio.

Foi no Instagram, vendo o trabalho de bordadeiras da sua idade, que a estudante se inspirou. A brincadeira acabou virando trabalho sério em 2017, quando abriu a loja online Avesa para expor seu acervo de acessórios, como brincos e colares, e outros objetos decorados. “Hoje em dia, minha marca é meu primeiro plano. O segundo está sendo o teatro”. Com a grande quantidade de encomendas, que somam cerca de 20 por mês, Carla reduziu a quantidade de disciplinas na faculdade e hoje se sustenta com suas confecções.

Mais do que pelas frases de empoderamento feminino presentes em suas artes, é a independência alcançada por Carla que fez a Avesa ser conhecida pelo discurso feminista. Sozinha, ela planeja suas oficinas, produz as encomendas e desenvolve o próprio site, lançado neste ano. “As mulheres não eram donas das próprias empresas”, lembra enfaticamente. Ela explica, ainda, que o ambiente universitário possibilitou maior contato com a militância, e diz ser impossível desvincular da marca os seus valores feministas internalizados.



Cruzando gerações: Paula Schlindwein, 42 anos, aprendeu seus primeiros pontos ainda na infância, enquanto observava a mãe bordar.

Empoderada pelo bordado, o desafio de Carla passou a ser preparar oficinas para que outras pessoas também se sintam abraçadas pela arte. Uma das mais marcantes foi a aula de bordado em *ecobags* para mulheres e adolescentes imigrantes do Oriente Médio que buscam um recomeço no Brasil. Em meio às confusões entre as línguas portuguesa e árabe, o desafio de Carla e sua parceira de curso, Kemely Weiss, de 25 anos, era dar às alunas uma nova opção de fonte de renda. A troca de conhecimentos foi tão inspiradora que uma das adolescentes ainda mantém contato, tirando dúvidas e enviando fotos de seus trabalhos.

Por ser uma arte considerada como *old fashioned* ou antiquada, o resgate atual do bordado é irônico por vir de mãos jovens, que descobriram o gosto pelas linhas na internet. O canal no Youtube Clube do Bordado, comandado por seis mulheres feministas, inspirou Carla - e influencia mais de 65 mil inscritos - a soltar a criatividade através da técnica do bordado livre. Já no Instagram, @belabordadeira e @gulushthreads são algumas das contas que ajudam a disseminar a atividade a milhares de internautas, que costumam interagir nas publicações de forma positiva.

Também foi na internet que a estudante de nutrição Larissa Vidal tomou gosto pela arte. Depois de ver mulheres autoconfiantes e divulgando seus trabalhos nas redes sociais, passou a buscar por tutoriais online e, aos 22 anos, já gerencia a página Cadê Minha Agulha?, onde publica as encomendas que produziu e mostra seus bordados à venda. Para conciliar a produção com seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a jovem quebra o estereótipo de “coisa de menina” e conta com a ajuda do namorado, que aprendeu a manusear as linhas e agulhas para contribuir com as confecções. Ao todo, já contabilizou cerca de 220 colares e 20 quadrinhos vendidos desde abril de 2018.

Embora o bordado até estivesse presente na família, grande parte do que aprendeu foi pesquisando e praticando sozinha. “Ano passado, pedi umas dicas para minha vó. Ela achou legal e mandou eu ir à luta”, lembra, aos risos. A atividade serviu como ferramenta de aproximação familiar, resgatando memórias e trazendo conexões de ideias. “Hoje, eu sou a única da família que borda. Minha avó fica emocionada, adora as coisas que faço”.

Arte que cura

A possibilidade de expressar suas visões e garantir uma fonte de renda são motivações para os jovens estarem resgatando o bordado e o crochê, reinserindo a atividade no cotidiano. Mas, considerando a exigência de um mundo globalmente conectado e um Brasil recentemente classificado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o país mais ansioso e estressado da América Latina, dar uma pausa na rotina, respirar e se concentrar na produção manual é uma forma de autocuidado.

Cibele Dias, de 20 anos, compartilha dessa ideia e afirma que “o fato dos mais jovens estarem se tornando artesãos é mais por conta da ansiedade, para olharem para si mesmos”. Fazendo parte

do grupo de pessoas que enxerga a arte como uma terapia, ela começou a produzir mandalas há apenas algumas semanas, mas conta que, desde a primeira vez, já se sentiu muito bem por conseguir se concentrar plenamente em uma atividade, mesmo sendo muito inquieta. O valor que recebe com a confecção é só uma das consequências positivas, além da satisfação. “A gente não precisa sofrer fazendo o que a gente não gosta para ter dinheiro”, avalia a jovem.

Quem ensinou a ela os primeiros pontos foi a amiga Daiani Cristina Ribeiro, de 27 anos, que saiu de Bauru, no interior de São Paulo, para aproveitar a boa aceitação de temas e terapias alternativas na Ilha de Santa Catarina. Massoterapeuta, ela se inspirou nos clientes para dar novo significado às linhas de crochê, produzindo mandalas personalizadas. Baseou-se na cromoterapia, uma teoria que diz que cada cor afeta uma emoção ou um aspecto físico, e decidiu que para cada paciente faria uma mandala com cores que lhes seriam úteis para o equilíbrio físico e emocional. Hoje, Daiani produz e vende em feiras de Florianópolis, e garante que os benefícios da arte se estendem a quem as produz.

Com mais liberdade para criar e sem atravessadores, o trabalho do artesão é minucioso e reivindica muitas etapas até atingir a riqueza de detalhes pretendida. É uma tarefa que exige paciência e concentração para entregar um resultado exclusivo. Daiani conta que não tinha familiaridade com o manuseio das linhas e agulhas, mas algumas aulas no Youtube foram suficientes para conseguir reproduzir as mandalas, que sempre foram seus produtos principais.

Já para a artista visual Paula Schlingdwein, de 42 anos, falar e ser ouvido é uma necessidade humana também facilitada pelas artes manuais. “A autorrepresentação do meu corpo e das minhas memórias foi um meio que encontrei para abordar a dor de traumas e experiências do coti-

“A gente não precisa sofrer fazendo o que a gente não gosta para ter dinheiro”

diano”, conta a profissional, que aprendeu os primeiros pontos ainda criança, observando a mãe bordar, e hoje se preocupa em transformar a arte em discurso.

A possibilidade de uma mulher criar e recriar a própria história através do bordado é representativa e libertadora, pois muitas dores e frustrações da artista são as mesmas que outras moças levam ao decorrer da vida. “Minha função no mundo, enquanto mulher, é a materialização dos sentimentos que carrego”, explica a artista. Hoje ela usa a arte para mostrar aspirações, perdas, limitações, ilusões, mas

também sensações afetivas de amor, pertencimento e alegria. “O bordado tem uma forte relação com esses sentimentos”.

A vez deles

Se os valores contemporâneos fazem parte das artes manuais produzidas pelos jovens em geral, é importante se considerar o papel do homem nesse processo. Um exemplo é o de Matheus Jacques, de 29 anos, que aprendeu com a esposa e estudante Larissa Leyre Ellen, também de 29 anos, a compartilhar os segredos da mesma arte. O casal faz *amigurumis*, técnica japonesa para criar bonecos e objetos feitos de crochê ou tricô, e vende em feirinhas de Florianópolis.

Larissa Leyre já fazia os bonecos por hobby, mas após se mudarem para a capital catarinense e não encontrarem emprego, decidiram colocar o que ela produzia à venda na internet. Como o negócio deslanchou, o então professor de matemática deixou os números de lado para também se concentrar na manipulação das agulhas.

“Pegar os pontos básicos foi complicado, leva um mês ou dois, mas depois fica mais tranquilo”, conta Matheus, que além de ajudar na produção, é “a cara do negócio”, expondo as peças nas feiras, enquanto a esposa se dedica às novas criações e encomendas para a marca Crochê Arretado. “Ela já está em um patamar acima, então ela cria e eu reproduzo, porque o que ela faz eu ainda não consigo fazer”, explica o jovem.

E se existe algo em comum entre Carla, Larissa, Daiani, Cibeli e Matheus é que todos têm percebido um movimento de resgate do crochê e bordado por parte dos mais jovens, que antes não costumavam se interessar pelo consumo ou produção dessas artes. “As crianças estão, surpreendentemente, bem inteiradas no universo dos crochês”, opina Matheus, lembrando dos seus clientes. Ele admite, porém, que ainda há muitas pessoas que estranham o fato de ele e a esposa serem tão jovens e estarem produzindo crochê. “Ainda hoje tem gente que brinca falando que somos ‘os tios e tias do crochê’, não tem jeito. Mas diminuiu um pouco, eu vejo que tem uma gurizada que está abraçando a causa”.

Mais do que a idade, ver um homem vendendo e manipulando publicamente as linhas de crochê, em meio a tanta mulheres que se dedicam ao ofício, também é questão que gera curiosidade. “Sempre acaba atraindo um pouco a atenção por ser homem e não ser velho”, relata o artesão, que complementa dizendo que os olhares veem de forma positiva, geralmente aumentando o interesse do público pelos seus trabalhos.

O casal produz *amigurumis* de diversas temáticas, mas o foco principal é o universo *geek*, com bonecos de Pokémon e personagens do jogo Mario Bros - escolha que veio do gosto pessoal dos artesãos, que se interessam por histórias em quadrinhos, mangás e animes. Por isso, o perfil de seus clientes é composto, majoritariamente, de jovens estudantes. “Atualmente, nós vivemos só da venda dos *amigurumis*, e acho que 70% do montante de vendas é só da UFSC”. **Z**



Muito além do olhar

A arte e a cultura para pessoas com deficiência visual

Jussara Maria da Silva, de 62 anos, faz parte do grupo das 21,4% de mulheres brasileiras com deficiência visual, calculados no último censo do IBGE (2010). Perdeu a visão quando trabalhava no INSS como auditora, aos 38 anos, e passou a se dedicar à arte logo após a cegueira. Seus trabalhos tomam forma mentalmente e são desenvolvidos por suas mãos. Transparecem emoções, sentimentos e vibrações. Ela conta que a sua relação com a argila revela sua alma.

Logo após perder a visão, em 1995, devido à contaminação pelo fungo *cryptococcus* presente em fezes de pombos no local de trabalho, Jussara conheceu a Associação de Catarinense para Integração do Cego (ACIC). Lá, participou de oficinas e aulas para reaprender a fazer coisas básicas, como cozinhar, andar com bengala, usar talheres, mexer no computador e no celular novamente - tudo o que agora é mais fácil e adora fazer. Ela até mostra eventos no Facebook que gostaria de ir, como a 3ª edição do projeto cultural “Marcha humana” e a exposição de fotografias em relevo do artista Gabriel Bonfim, no Palácio Cruz e Souza.

Quase um ano após a perda da visão, uma das professoras da associação a incentivou a frequentar aulas de cerâmica. Não seria a primeira vez que Jussara teria contato com a arte. Quando mais nova, graduou-se em Artes Visuais na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Lá, teve a oportunidade de fazer um curso de cerâmica, que afinal descartou.

“Pensei que era muito trabalhoso e faria muita sujeira e seria difícil achar um lugar adequado para criar as peças. Não acreditava muito que eu ia estudar ao

ponto de fazer alguma coisa... achava que não seria possível.”

Jussara se descobriu após esse momento. Descobriu sua arte e passou a criar. Máscaras, castiçais, incensários e foi ousando mais. O único limite que tinha era o tamanho do forno em que queimava as peças. Quando começou a trabalhar com a argila crua, fazia figuras muito magras que refletiam como se sentia. Sua arte passou a ser como um reflexo do momento. Em um ponto de suas criações, percebeu que, à medida que ia evoluindo, as meninas, como ela chama as peças, iam engordando. Conta que nessa época tinha começado a se reerguer da morte da mãe e de seu divórcio. Passou a fazer mulheres nuas, mulheres com bebês, grávidas, vasos e esferas. Usava e intercalava com cipó, bordões, cristais. Dava texturas e formas únicas para cada peça

“A ideia que tinha sobre a arte mudou muito depois da cegueira”

Jussara, durante a entrevista, faz questão de mostrar uma peça específica, aliás, um de seus primeiros trabalhos. Sabendo exatamente onde estava, em uma prateleira alta no quarto de hóspedes, sobe na cama e toca por cima de todas as peças e objetos, até a parte mais de fora dessa prateleira. Então encontra o que queria mostrar. “Essa foi a primeira mulher que fiz quando fiquei cega”, diz, entregando-a para ser analisada melhor.

- Dá para notar a diferença da textura e do formato dessa para minhas outras

mulheres, né? Ainda não sabia como fazer alcançar as proporções e os detalhes do rosto como faço agora, ela foi bem importante pra mim.

Jussara relata, também, que a concepção que tinha sobre a arte mudou muito depois da cegueira. Foi quase uma ruptura total. Na época que ainda enxergava, era muito insegura, achava que tinha que agradar a todos, tinha que fazer aquilo que os outros gostassem. “Não era o meu querer, o meu pensamento”. Conta que quando ficou cega isso tudo mudou. Não havia mais a preocupação do que o outro iria pensar do seu trabalho - algo que a prendia muito antes. Passou a expressar exatamente aquilo que queria fazer. “Dormia e na madrugada acordava com um pensamento e ia para o atelier fazer aquilo que tinha criado na minha cabeça. Minha produção artística acontecia mentalmente, sem me preocupar com a opinião dos outros. A cegueira me tornou... irreverente de certa forma.”

Jussara perdeu as contas de quantas exposições participou. Já passou por Minas Gerais, Brasília, São Paulo, Santa Catarina. Sempre vendeu quase tudo que levou. “Acho que as pessoas realmente ficavam impressionadas com a minha arte. Era novidade uma pessoa que não enxergava fazendo [arte].” Uma das primeiras e mais marcantes foi no Beiramar Shopping, no começo dos anos 2000. Ela aponta para um nicho abaixo da televisão, onde está um álbum de fotos. Eram lembranças dessa e de outras exposições. Havia ali muitas exposições: fotos dela posando com vasos, das pessoas nos eventos e de suas obras.

Agora Jussara mora sozinha em um apartamento no bairro Trindade, em Florianópolis, tendo voltado a frequentar a ACIC. Com problemas de fibromialgia, teve que parar com a cerâmica. Desmontou seu atelier e agora está fazendo aulas de xilogravuras na associação, usando materiais mais macios, como isopor. E logo faz o convite para a próxima exposição que a sua turma vai montar.

Escultura:

No quarto, ao lado de seu antigo atelier, Jussara se equilibra na cama e desbrava as prateleiras com as mãos, em busca de sua primeira escultura representando uma mulher.

Inclusão cultural

No caminho para a ACIC, os cobradores e motoristas de ônibus já estão acostumados com as necessidades de seus passageiros, acompanham-nos até a entrada da associação, mesmo com obras, chuva ou sol. A Associação Catarinense para Integração do Cego é uma instituição não-governamental, sem fins lucrativos, que tem como missão incluir essas pessoas na sociedade. Atende nas áreas de habilitação, reabilitação, profissionalização, cultura, esporte e lazer. A coordenadora pedagógica da ACIC, Marcilene Aparecida Ghis, informa que a associação foi construída por cegos e para cegos, fazendo com que eles se tornem protagonistas de sua própria história.

Florianópolis é a segunda cidade com o maior número de pessoas com deficiência visual em Santa Catarina, atrás apenas de Joinville, segundo dados do último censo do IBGE, de 2010. A capital catarinense possui 9.198 pessoas com os três níveis de cegueira (ver página 7).

Na recepção da ACIC, dois homens entram pela porta, usando óculos escuros. Animados, eles falam alto sobre um jogo de futebol e comparam os narradores das rádios Guarujá e CBN. Falam como adoram os efeitos sonoros usados pelo radialista Paulo Brank em gols. Contam, também, que o Menininho - narrador da Rádio Guarujá - é muito parcial em suas narrações e deixa a torcida adversária triste pela falta de empolgação. Os dois homens riem e ouvem o horário no celular. São 13h40. Eles entrelaçam os braços e saem gingando pela porta falando sobre futebol.

A rádio tem, historicamente, importância fundamental para a apresentação do futebol e do entretenimento, é uma mídia importante para as pessoas com deficiência visual. Diferentemente da televisão, não tem o apoio de imagens e, por isso, ns jogos de futebol, narra cada passe, cada lance da partida, de forma que é

possível a criação de uma imagem mental da disputa como um todo. Infelizmente, esse tipo de narração completa não está presente em todos os lugares ou meios de comunicação. As mesmas técnicas radiofônicas utilizadas para narrar jogos de futebol são usadas para a áudiodescrição, uma das formas mais conhecidas para a inclusão de pessoas com deficiência visual em diversos locais. Marcilene conta que a deficiência se amplia quando não se tem acesso, e que a inclusão cultural ocorre por meio da acessibilidade tanto física, quanto atitudinal. Ou seja, é preciso tanto que o local seja acessível, possuindo calçadas e sinalizações adequadas, quanto que os frequentadores e trabalhadores nesses locais estejam abertos a incluir o diferente.

A coordenadora comenta sobre o estranhamento da equipe e dos alunos quando contrataram uma professora de artes habilitada em artes visuais para dar aula. Eles não viam como seria possível atuar nessa vertente da arte. “Pensamos: o que nós vamos fazer com essa profissional? Mas a professora queria tentar. Experimentamos e deu muito certo.” Hoje, a ACIC tem muita tranquilidade em lidar com professores de artes visuais, e oferece oficinas de cerâmica, xilogravura, pintura em tela, dança, música, escultura em papel, crochê e muitas outras. “Entendemos que, sim, era possível”, diz a coordenadora. Para ela, a limitação era uma percepção da associação que, na verdade, não existia. Essa limitação pode ser resolvida por meio de estratégias para poder atuar com as pessoas com deficiência.

Artes para deficientes visuais

A importância de ensinar uma criança cega e de baixa visão a ter acesso à arte e à cultura é incluí-la no mundo. Vivemos cercados de imagens e as pessoas acreditam que, pelo fato de os alunos não verem, ver não é importante para eles.

Diele Pedrozo Santos é coordenadora do projeto “Ver com as Mãos” e trabalha há 13 anos com o ensino de artes para pessoas com deficiência visual. Em sua primeira experiência profissional, já entrou em contato com a educação especial, ensinou artes - desenho mais especificamente - para dois alunos cegos e a partir daí nunca mais largou o contato com a área. Em suas aulas, trabalhava com materiais que deixam os traços em relevo no papel. Conta que lecionou para alunos de diferentes idades que tinham atrasos consideráveis na escola, porque não tiveram a oportunidade de ter o ensino básico que pessoas visuais tinham em uma aula de artes. Os alunos chegavam sem saber desenhar as formas geométricas e conceitos básicos de desenho. Sabiam nomear os objetos, mas não sabiam representá-los no papel.

Diele começou a perceber que era incoerente fazer um aluno representar algo que nunca tivesse tocado e nem enxergado. “Nesse momento, me dei conta que se eles não tinham acesso nem ao ensino básico de artes na escola, não teriam, muito menos, acesso a outras atividades relacionadas às artes e à cultura - como ir em um museu, teatro ou cinema. Então, de fato, eles precisavam se apropriar da arte e do que estava fora da escola também. Eram pessoas que não estavam inseridas na arte e na cultura.”

A coordenadora do projeto salienta que o professor tem papel fundamental no processo de inclusão: precisa esquecer as dificuldades - no caso, o não ver - e pensar nas possibilidades para inclusão. Diele brinca que a cabeça desses jovens é como se fosse uma caixinha que necessita inserção de mais experiências, para assim aumentar o repertório dessas pessoas. É necessário dar oportunidade de acesso à informação. Ela acredita que o papel do professor não é impor informações, mas mediar esse conhecimento.

Ao lado: Jussara posa para a foto, tocando uma de suas mulheres. Em seu trabalho, valoriza as curvas e detalhes de suas criações.

Abaixo: Na parede da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) quatro quadros estão pendurados na parede. Eles foram feitos durante a aula de pintura em tela por pessoas cegas e de baixa visão.



Quando a professora fala que a cabeça desses jovens é uma caixinha, está se referindo à criação das imagens mentais. Quando se pensa na prática artística da pessoa com deficiência visual, o que vem em mente é a dificuldade dele de pôr a imagem feita mentalmente no papel. O fato é que o olho humano só capta a luz, mas quem interpreta todas as informações é o cérebro. No momento em que os alunos de Diele aprenderam a desenhar e a colocar as experiências no papel, ela passou a entender como eles formavam essas imagens mentais.

“Os alunos, normalmente, não são estimulados a desenvolver a área do cérebro que produz as imagens mentais. Para que isso ocorra, o professor tem de ensinar através das experiências; através da interação do corpo com os objetos, eles são capazes de formar imagens mentais.”

Os estudos da neurologia em que Diele embasou sua dissertação de mestrado condiziam com sua experiência em salas de aula. Quando via seus alunos com deficiência visual desenhando algo que nunca haviam tocado, questionava-se sobre como eles formavam a imagem de objetos, mas logo compreendeu a resposta. O aluno era capaz de criar essa imagem por meio do cruzamento de informações. “Em minhas aulas, passei a disponibilizar para os alunos imagens em relevo, miniaturas, maquetes e descrições da imagem. Todas as informações sensoriais que eles adqui-

riam através dessas experimentações os ajudava a criar imagens mentais e aumentar seu repertório sobre os objetos presentes no mundo.”

O maior desafio da professora quando trabalhava na educação especial foi mostrar às pessoas a importância da arte na vida desses estudantes. A comunidade em geral achava que estava apenas brincando com os alunos e que o que ensinava não era aprendizado real.

Em 2012, Diele criou o projeto “Ver com as Mãos” e, com a ajuda dos alunos, começaram a mostrar para as pessoas a importância da arte na vida dos cegos. Eles evidenciaram o quanto a arte os transformou em cidadãos ativos - atuantes como consumidores de arte e de cultura - e os ajudou na inserção nos espaços culturais da cidade.

Outro desafio superado foi o problema da invisibilidade das pessoas com deficiência. Todos falavam pelas pessoas cegas ou com baixa visão, e as últimas a terem protagonismo eram elas mesmas. A professora lembra que a inclusão, apesar de ter tido vários avanços nos espaços artísticos culturais nos últimos anos, ainda é um processo. Segundo ela, não se deu por completo e ainda existem muitos paradigmas a serem quebrados. Mas a inclusão e percepção das pessoas cegas e com deficiência visual nesses lugares mudou muito o olhar das pessoas que convivem com essa parte da população. **Z**

Deficiência visual

A deficiência visual é dividida em diferentes níveis:

- Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- Baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Cerca de 18,6% da população brasileira são pessoas com deficiência visual, podendo ser de nascença ou ter sido adquirida – quando uma pessoa nasce com a visão e, ao longo da vida, a perde por algum motivo.

Acuidade visual é a capacidade do olho para distinguir detalhes espaciais, ou seja, identificar o contorno e a forma dos objetos. Ela depende de fatores ópticos e neurais: da nitidez que a imagem chega na retina, da saúde das células retinianas e da capacidade de interpretação do cérebro.

FONTE: DECRETO Nº 5.296/04, ART. 5º, §1º, I, “C”, C/C DECRETO Nº 3.298/99, ART. 4º



Verões dos Kaingang

Após três décadas migrando para Florianópolis durante a temporada, indígenas finalmente ganham a promessa de moradia fixa na capital

Lá em Floripa nunca foi índio vender artesanato, mas eu vou te levar pra lá, pra ir vender”. Com essas palavras, Dona Teresa, hoje com 97 anos, foi convencida por um de seus filhos a se aventurar na capital catarinense. Há mais de 30 anos, deixou a Terra Indígena Votouro-Kandóia - na região de Erechim (Rio Grande do Sul) - e embarcou para a cidade de Florianópolis (Santa Catarina), a 500 quilômetros de casa. A safra daquele ano não tinha sido boa e vender balaios de taquara na turística temporada de verão na Ilha de Santa Catarina foi a alternativa encontrada pela agricultora para que não faltasse comida na mesa de casa. Iniciava-se ali uma peregrinação anual que hoje envolve mais de 70 famílias de diferentes aldeias do sul do país. Aos 97 anos, Dona Teresa segue vindo para Florianópolis todos os verões.

No começo, Dona Teresa se instalou na casa de uma senhora católica - Dona Maria - que alugava quartos a baixo custo no Morro da Caixa, na parte continental de Florianópolis. O aluguel, entretanto, só começou a ser pago depois que as vendas começaram a dar retorno. “Ela disse: ‘irmã, pode ficar aqui até que a senhora faça seus negócios’. E eu fiquei”, relembra Dona Teresa. Aquela seria a moradia de verão pelos próximos anos, da pioneira artesã, uma das mais de 25 mil pessoas da etnia Kaingang espalhadas pelo Brasil.

Depois de algumas viagens, ela começou a ser acompanhada por outros indígenas. “Os outros sempre ficavam me olhando, né? ‘Como ela vai lá e já volta?’ Até que os outros já vieram pra cá também, vender balaio. É a nossa vivência, os balaios. Aí a gente se vira assim, fazendo isso”.

O espaço de Dona Maria no Morro da Caixa, porém, era insuficiente para todos. Com pouco dinheiro e sem ter para onde ir, a solução encontrada por parte dos viajantes Kaingang foi se instalar debaixo do Elevado Dias Velho, no centro da cidade. Lá permaneceram por vários anos. “Morar debaixo da ponte? Deus o livre! Tinha que pagar dez real [sic] uma vez por dia só pra ir tomar banho na rodoviária”, relembra um dos indígenas.

Há uma década, o grupo começou a reivindicar um espaço mais adequado, mas apenas em 2015 colheu resultados. Nesta altura, indígenas Kaingang de outras aldeias do interior de Santa Catarina e do Paraná

havam se juntado à ocupação. No mesmo ano, uma criança indígena de apenas dois anos foi assassinada na cidade de Imbituba (litoral catarinense). Vitor Penido era Kaingang e foi morto no colo da mãe, que havia ido à cidade vender artesanato. Com medo de serem vítimas de algum crime similar, os ocupantes do Dias Velho intensificaram a mobilização e conseguiram junto ao Ministério Público Federal (MPF), através de uma Ação Civil Pública, a garantia de que um local seria construído para abrigá-los - a Casa de Passagem Indígena.

A Ação, expedida pelo Procurador da República Eduardo Barragan, determinou que União, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Prefeitura de Florianópolis seriam responsáveis por acomodar os indígenas em outro local até a construção da Casa de Passagem. A manutenção do local escolhido também seria de responsabilidade destes órgãos.

Cogitou-se que a ocupação fosse feita em um prédio no centro da cidade, mas a prefeitura alegou que não seria possível pelo edifício em questão ser tombado. A solução encontrada foi indicada pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU). “Houve uma informação que veio da SPU de que existia esse imóvel que tinha sido cedido para a prefeitura para a construção de um terminal urbano, o Tisac, e que nunca tinha sido utilizado para essa finalidade. Na época, estava com a cessão vencida e a própria prefeitura disse que não tinha mais interesse de utilizar o espaço. Por isso que o Tisac foi escolhido”, explica a Procuradora do MPF Analúcia Hartmann, que hoje é a responsável por mediar o diálogo entre indígenas e Poder Público.

A partir de 2016, o antigo Terminal Rodoviário do bairro Sacos dos Limões (Tisac) seria o lar dos Kaingang que migram para Florianópolis durante o verão. Nesse espaço, ganhariam a companhia de Dona Teresa e sua família.

Ocupação do Tisac

Antes de se tornar o alojamento dos Kaingang, o Tisac estava abandonado desde 2005. Na época da ocupação, o terminal ainda recebia os serviços de vigilância que uma empresa contratada pela Prefeitura realizava em todos os terminais da cidade. As instalações elétricas e sanitárias do local estavam em bom estado.

Mas a situação da ocupação mudaria drasticamente em 2017. “Chegaram aí e ‘tacaram’ fogo em tudo. Em tudo, tudo, tudo. Tinha uma cozinha comunitária que era pra todo mundo. Lá atrás também tinha um ‘negócio’ só pra colocar coisa de lavar louça, papel higiênico, tudo... Eles pegaram e ‘tacaram’ fogo em tudo, dentro dessas casinhas”, relembra Luciana, neta de Dona Teresa. Ao retornarem para suas aldeias depois da Pás-

coa daquele ano, os Kaingang deixaram o terminal, que foi completamente destruído. Nunca se descobriu os autores do incêndio.

Ainda hoje, os ocupantes seguem buscando ajuda do Poder Público para retomar as condições do início da ocupação. Entretanto, não tem sido fácil conseguir melhorias para o local. Até o começo de 2019, apenas dois banheiros eram divididos pelo grupo que ultrapassava as 200 pessoas. Com a ajuda de movimentos sociais e de uma igreja vizinha, o número de banheiros já subiu para seis (três masculinos e três femininos), mas segue sendo insuficiente. A prefeitura, que foi responsabilizada pelo MPF para manter o local, também instalou um par de banheiros químicos, mas, de acordo com os ocupantes, a manutenção não é feita com a regularidade necessária. “Já faz uns 12 dias que estão sem fazer a limpeza lá e o odor está terrível. A coisa mais básica é fazer essa limpeza, não vai custar muito e é um direito nosso. É um direito de cada cidadão. Assim como o povo branco têm os seus direitos, eu acho que eles têm que olhar um pouco mais para a questão da limpeza ali”, enfatiza o ocupante Neri Francisco.

O local também é mal iluminado à noite e, por não haver cobertura lateral no prédio, está sujeito à ação dos ventos e chuvas tão comuns no verão da Ilha. A situação se agrava ainda mais pelo fato de os Kaingang se instalarem em barracas: apenas três foram cedidas pela Defesa Civil, o que fez com que dezenas de barracas de lona improvisadas se espalhassem pelo terminal. Cada uma delas abriga de três a quatro famílias.

Porém, nem tudo são espinhos no dia a dia da ocupação. “As crianças se sentem mais livres agora. À vontade, né?”, ressalta o ocupante Sadraque Lopes. “Eles brincam... De dia, a gente deixa o portão [de entrada] encostado e eles ficam brincando por aqui mesmo. Mais soltos, né? E antes, não. Antes tinha que ficar ali de olho sempre”. De acordo com os indígenas, essa liberdade para a criação das crianças se assemelha mais à rotina que os jovens Kaingang levam em suas aldeias.

Sadraque comenta que, sempre que possível, trazem comidas típicas de suas aldeias para a capital. Destaca, em particular, a farofa, o fuá e a radicha (os dois últimos, hortaliças cultivadas pelos indígenas em suas terras). De acordo com ele, até mesmo os fóg (equivalente a “homem branco” em Kaingang) vêm provar as especiarias. A língua Kaingang é a maneira primária de comunicação entre a maioria dos moradores. “Tu sabendo fazer artesanato e falar no idioma Kaingang é uma questão para nun-

Reunidos na ocupação do Tisac. Ao fundo, as barracas de lona que abrigam a maioria dos indígenas.

**“Vieram
aí e ‘tacaram’ fogo
em tudo, tudo, tudo”**



ca morrer a cultura. A cultura sempre tem que estar acompanhada”, destaca.

Por ser um local cercado, o Tisac também facilita na produção do artesanato. Apesar de não contar com um depósito ideal para guardar as matérias-primas utilizadas (o que havia sido danificado no incêndio), o local é mais seguro que o Elevado Dias Velho. “Ficamos fabricando aqui mesmo. Produzindo aqui mesmo”, diz Luciana, enquanto se dedica a mais um de seus famosos balaios de cipó.

Para Luciana, vender os balaios no verão é a garantia de que não precisará voltar a trabalhar em fábricas, como já fizera no passado. Ex-funcionária de uma empresa frigorífica, ela comenta que sentia saudades da rotina da aldeia e que não conseguiu se adaptar bem ao modo de produção fabril. “Eu não gostei, porque eu não queria ser mandada lá na firma. E aqui eu sou uma firma. No Centro eu sou bem conhecida como a Índia do cipó”. Em um dia ensolarado nas praias da cidade, consegue arrecadar até R\$ 300,00 com a venda de artesanato.

Luciana é a única indígena da ocupação a fazer este tipo de artesanato. Os demais balaios são feitos de taquara. O fato é motivo de orgulho para a avó, Dona Teresa: “Essa daí desde que era pequena ia comigo vender. E agora ela faz o mesmo que eu. Ela também sabe fazer balaio. Faz até de cipó. Eu digo pra ela: ‘eu gostaria de aprender a fazer de cipó também’”.

A produção e a venda do artesanato de seu povo na capital orgulha avó e neta, mas a saudade de casa faz parte da rotina de todos os ocupantes. “A gente sente falta da casa. Hoje mesmo ela [a avó] já estava pensando em ir [para a aldeia]. Pra atender os nossos bichinhos lá também”, diz Luciana, que é interrompida pela avó: “tem os netos também, que estavam aqui com nós [sic] e já voltaram”. A bisneta mais nova de Dona Teresa, porém, segue em Florianópolis, onde nasceu há dois meses. “Nasceu aqui em Floripa, é manezinha de Floripa”.

Passada a Páscoa, a temporada de verão dos Kaingang chega ao fim e as duas artesãs estão próximas do retorno à casa. O mesmo não pode ser dito de Neri, pai de Luciana e filho mais novo de Dona Teresa. Ele faz parte da Comissão Indígena, grupo de treze pessoas escolhidas pela comunidade indígena para debater as questões da ocupação frente ao Poder Público. De acordo com ele, de cinco a dez famílias ficarão no terminal durante todo o ano de 2019. A decisão evitaria que novos casos de vandalismo se repetissem no local.

Ainda segundo Neri, o real motivo da permanência é a promessa da construção da Casa de Passagem. A expectativa é que, permanecendo na capital, terão mais voz para dialogar com prefeitura e MPF para que, enfim, a Casa seja construída.

Casa de Passagem

Com as dificuldades para encontrar um local que pudesse ser adaptado a fim de abrigar os indígenas, ficou acordado que uma nova construção seria feita. Em 30 de outubro de 2018, o vice-prefeito de Florianópolis, João Batista Nunes, assinou um termo de compromisso com o MPF, no qual a Prefeitura se responsabilizava pela construção da Casa de Passagem em um terreno ao lado do Tisac. O terreno é ocioso e seria cedido sem custos à prefeitura pelo governo federal. No acordo, ficou definido que o prédio deveria ser construído até o dia 1º de julho de 2019.

Esgotado o prazo final, não há sequer sinais de obras no terreno. “Este ano [2019] as coisas começaram a dificultar porque tem uma movimentação de moradores da região que têm se posicionado contrários [à construção]. Eu imagino que isso tem trazido uma certa pressão contra o prefeito”, afirma a Procuradora Analúcia Hartmann.

Parte dos moradores do bairro entendem que a permanência dos indígenas traria problemas de segurança à região. Hartmann discorda: “Tem um componente de falta de informação, eles veem aquilo mal arranjado, muitas barracas, um monte de roupa pendurada... mas tem um caráter bem claro de preconceito. Têm facções e tráfico de drogas [na região] e eles estão preocupados com os indígenas?”.

Os desentendimentos em torno da construção da Casa de Passagem fizeram com que o projeto do novo espaço se atrasasse. No dia 10 de maio, uma reunião na sede do Ministério Público em Florianópolis apresentou a versão final do projeto. Além da Procuradora, representantes da Funai e da prefeitura de Florianópolis estiveram presentes, assim como membros da Comissão Indígena. O projeto arquitetônico foi aprovado por todas as partes envolvidas.

A aprovação desse projeto, entretanto, não significa que a construção esteja em vias de ser executada. Isso porque ainda existem pendências no contrato dos projetos hidráulico e elétrico, responsabilidade da prefeitura. “Neste momento, nós dependemos exclusivamente da prefeitura para a gente conseguir colocar a licitação e o contrato andando”, analisa Hartmann. A procuradora também ressaltou que a expectativa que existia por parte dos Kaingang de que a Casa de Passagem estivesse pronta para o próximo verão não irá se concretizar. Se tivesse começado antes de agosto ou setembro, com tudo dando certo, ela ressaltou que mesmo assim ainda ficaria difícil.

O projeto aprovado no MPF consiste em dois blocos de dormitórios para abrigar as mais de 70 famílias que migram anualmente à capital. Um terceiro bloco com banhei-

ros, cozinha e depósitos será construído nos fundos do terreno. Ainda há um refeitório com espaço para fogueira e um pátio central que funcionaria como espaço de lazer e convivência entre as famílias. Embora não esteja previsto no projeto por limites orçamentários, há, ainda, um espaço para a futura construção de uma oca Kaingang que serviria como espaço de exibição e venda de artesanato. As pinturas e adereços do edifício remeterão à cultura Kaingang.

A gestão da Casa de Passagem será compartilhada entre indígenas, prefeitura e Funai. A limpeza e organização interna ficarão a cargo dos indígenas. A segurança será feita pela prefeitura, através de câmeras.

Uma nova reunião será marcada no futuro para definir algumas regras da ocupação, como tempo de permanência máxima de cada família, restrições ao consumo de álcool e a ruídos noturnos no espaço. Além disso, será definida uma idade mínima para as crianças que ficarão na Casa de Passagem. No período letivo, elas são obrigadas a deixar a ocupação e retornar às suas casas para comparecer às aulas.

Na reunião realizada no Ministério Público, os Kaingang reafirmaram a intenção de ocupar o Tisac até que a casa, ainda sem cronograma oficial, seja construída. Os representantes da prefeitura não apresentaram quaisquer novidades no andamento do contrato para os projetos hidráulico e elétrico e questionaram se o projeto arquitetônico apresentado se enquadraria no orçamento disponível (algo entre R\$ 900 mil e R\$ 1 milhão). Afirmaram, ainda, que apenas o prefeito Gean Loureiro e o Secretário de Transportes e Mobilidade Urbana, Michel Mittmann, poderiam responder questões referentes ao assunto. Os gabinetes do prefeito e da pasta presidida por Mittmann não responderam à reportagem até a sua publicação.

Mesmo com o atraso no cronograma, os Kaingang estão animados por terem visto, pela primeira vez, como ficará a nova casa. “A gente não está lutando só para conseguir a Casa de Passagem. O nosso projeto tem a horta, tem um espaçozinho para fazer apresentação, casa de oficina, de artesanato... Então a Casa seria um jeito de ajudar a manter a nossa cultura”, afirma Jocimar da Silva.

Se a burocracia e a falta de verbas têm atrasado o sonho dos Kaingang, a esperança de Dona Teresa e dos mais de 200 ocupantes do Tisac segue intacta. Viaduto, incêndio ou preconceito não foram obstáculos suficientes para que eles deixassem de buscar no artesanato vendido em Florianópolis a complementação de suas rendas. Tampouco foram grandes o suficiente para que os Kaingang abrissem mão do sonho de ter um pedaço da cultura de seu povo eternizado na capital de Santa Catarina. E esse sonho (esse, sim, enorme) nunca esteve tão próximo. **Z**

Kaingang reivindicam a construção da Casa de Passagem, em protesto realizado em 22 de fevereiro. No lado direito da foto, parte do Tisac, hoje ocupado por eles. À esquerda, terreno onde a Casa será construída.

Escassez do berbigão na Ilha afeta renda de famílias pesqueiras

Redução drástica da extração força pescadores a buscar outras atividades para sobreviver



FOTO: CAROL GÓMEZ

Ainda não são seis horas da manhã, mas as pequenas embarcações já estão enfileiradas no mar da Baía Sul, em Florianópolis. Homens e mulheres carregam garrafas térmicas de café e alguns pães para o dia que está só começando. Os barcos iniciam a jornada diária até o ponto de coleta do berbigão (*Anomalocardia brasiliana*), também conhecido como vôngole. Ao chegar, os extrativistas colocam os pés na água salgada, carregando nas mãos os “ganchos” - cestos metálicos gradeados presos a um cabo de madeira -, que são a principal ferramenta na extração do molusco.

Esses ganchos são colocados na água, e, com os pés juntos, os extrativistas vão puxando as dragas de arrasto. A areia lamacenta vai se acumulando dentro do cesto e, no meio dela, as pequenas conchas, que são o grande objetivo da incursão diária. Era assim o cotidiano dos homens e mulheres que se dedicavam à extração do berbigão, uma atividade que durante dezenas de anos sustentou diversas famílias da região da Costeira do Pirajubaé e Tapera, bairros localizados na parte centro-oeste da capital catarinense.

Um desses extrativistas é Aristides Avelino Raulino, hoje com 63 anos. Nasceu na região da Grande Florianópolis, veio para a Ilha aos cinco anos de idade, quando teve o primeiro contato com a pesca. Desde então, já soma 49 anos de atividade, sendo 26 deles dedicados à extração do molusco. A tarefa também era estendida à esposa, Dona Cida, que muitas vezes descascava o berbigão ao mesmo tempo em que amamentava uma das filhas do casal.

A extração era realizada, majoritariamente, na área que atualmente pertence à Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, a Resex, uma unidade de conservação brasileira de uso sustentável da natureza e que foi criada a partir da reivindicação dos próprios pescadores/extrativistas.

Inspirado na luta dos seringueiros e de Chico Mendes, Aristides foi quem deu o pontapé inicial no que hoje é a Resex. “Aristides, não vai dar certo’ me falaram. Tudo bem, mas se não der certo, nós vamos dizer que tentamos. Então a gente foi indo, se legalizou, entrou com processo no Ministério Público, Polícia Federal, fizemos um protocolo, mandamos pra Brasília”, conta ele, cheio de orgulho.

Após diversas batalhas para efetivar a criação, em 20 de maio de 1992, por meio do Decreto Federal nº 533, foi então fundada a primeira reserva extrativista Marinha do Brasil, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, que surgiu para que as pessoas que dependiam financeiramente da extração do mar pudessem ser beneficiadas com a retirada de pei-

xes, moluscos e crustáceos, com a devida conservação do meio ambiente.

“Aqui na nossa Resex nós brigamos com tudo e com todos. Porque é uma reserva dentro de uma capital. Nós temos pressão imobiliária, pressão governamental, porque eles não querem deixar isso aqui pra pobre. Nós temos pressão das escunas, que queriam fazer um canal pra colocar as escunas aqui dentro e ninguém aceitou. Eles queriam derrubar o mangue para fazer prédio, ninguém aceitou. Entendeu? Então, não é fácil. É complicado”, relembra Aristides.

Antes de a reserva ser criada e de o berbigão ser comercializado em grande escala, o molusco era alimento da comunidade e servia para a produção de cal. “O berbigão só saía para estação de comércio para fazer cal, já que aqui tinha três fornos. Eles, os donos dos fornos, recolhiam a casca morta e queimavam. Como tinha muito berbigão, a gente não tirava lá (no mar). A gente ia catar em um monte de casca mesmo. A amêndoa ficava pra nós e a casca ficava para eles (os donos dos fornos)”, explica Aristides.

Ainda de acordo com o pescador, só ao saber que o berbigão era comercializado em outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, e que havia pessoas de fora extraíndo o produto na Baía Sul, sem permissão, foi que a comunidade resolveu investir no comércio. Enviavam para o Rio de Janeiro, mas de forma não regularizada. “Até que um dia a Polícia Federal pegou o caminhão com 370 latas de ber-

Na prática:

Seu Aristides explica que para saber a idade do berbigão é preciso contar as marcas horizontais na concha.

bigão. Foi o dia que eu mais fiquei bravo na vida! Quase fui preso. E não porque eu perdi o berbigão, não. Foi por causa da forma como conduziram o problema. Porque, se eles prendem aqui e dizem ‘pega aqui, bota dentro da tua embarcação e vai devolver onde tu pegou’ – Aristides bate palmas de admiração –, mas eles pegaram e jogaram tudo para morrer e apodrecer. Aquilo ali me revoltou. Tu viver da natureza é uma coisa, agora, tu destruir a natureza é sacanagem!”

Causas possíveis da mortalidade

Depois da criação da reserva, a extração do berbigão passou a ser realizada três vezes na semana, porém hoje já não é mais possível fazer dessa atividade a fonte de renda principal das famílias cadastradas como extrativistas. A população do molusco foi reduzida a ponto de hoje ser pouco extraído da natureza. Seu Aristides afirma que, desde 2014, a população de berbigão vem diminuindo e aponta como causa o vazamento de 12 mil litros de óleo tóxico de um transformador de uma subestação desativada das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A (Celesc), em 2012.

No verão de 2015 foi registrada uma grande mortalidade da população de berbigão da Resex, prejudicando aqueles que dependiam da exploração e comercialização do molusco. Após a queda na população de berbigão, a organização não governamental norte-americana RARE, conhecida por ajudar as populações a adotar comportamentos sustentáveis para preservar e respeitar os recursos naturais em seu entorno, iniciou o desenvolvimento, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de projetos de pesquisas para compreender essa mortalidade.

Embora nenhuma descoberta esclareça o fenômeno, entre as possibilidades estão a qualidade ambiental da água e também as temperaturas mais elevadas.

De acordo com Gabriela da Silva, estudante de Programa de Pós-Graduação em Aquicultura da UFSC, com pesquisa focada no cultivo de moluscos marinhos, não foram realizados todos os estudos necessários para definir a causa da mortalidade do berbigão. “Difícil dizer qual ‘a’ razão, porque o mais provável é que seja uma combinação de fatores. Poluição (de diferentes fontes), tem-

peratura da água, patologia. No ano da mortalidade, choveu bastante e com isso diminui-se a salinidade da água, tem-se acúmulo de cascalho, algo já comprovado que não provém da maricultura: esses são alguns exemplos de fatores”, afirma.

Apesar de o berbigão ter começado a desaparecer há cerca de três ou quatro anos, algumas pesquisas e campanhas ainda buscam preservar o molusco. “Um projeto de recuperação do berbigão está sendo feito. A ideia é criar sementes e estimular a sementeira para ver se ele retorna. Mas ainda está em fase de desenho, não se implantou”, explica o analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Marcelo Silveira.

Com a redução drástica da extração, as pessoas buscaram outras atividades, como a pesca artesanal e o comércio. Algumas, porém, de acordo com Seu Aristides, envolveram-se com o tráfico de drogas. Hoje Seu Aristides vive da pesca artesanal, tendo 1.240 braças de rede na atividade, e, embora não seja tão bem remunerado como antes, consegue tirar

“Viver da natureza é uma coisa, agora tu destruir a natureza é sacanagem”

uma boa renda. “Essa parte eu agradeço a Deus, porque eu não entro no mar sem pedir licença. Não ligo a minha embarcação antes de pedir a Deus por aquilo que eu seja merecedor. Eu sou bem religioso. O mar é vivo e quem manda lá é ele, aquilo ali é dele. A natureza deu, vamos desfrutar com respeito. Então sobrevivo da pesca até hoje por causa disso.”

Resex e gestão com ICMBio

Localizada em uma área de 1.712 hectares, que engloba manguezais e área marítima, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé é administrada pelo ICMBio. Nela, o Instituto desenvolve atividades de gestão participativa para fiscalizar e monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais, propor ações de melhoria da unidade de conservação e executar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

Embora a reserva já tenha mais de 25 anos, ainda enfrenta dificuldades, algumas delas relacionadas à sua localização dentro de uma capital estadual. De acordo com o analista ambiental Marcelo Oliveira, a Resex sofre com a desatualização das normas de pesca, que já não são adequadas à realidade atual, e também com a proximidade da área urbana.

Conforme afirma o Coordenador do Observatório de Áreas Protegidas e professor do curso de Geografia da UFSC, Orlando Ednei Ferretti, a construção do aterro da Baía Sul para a implantação da

Via Expressa, entre as décadas de 1970 e 1980, teve efeito negativo na obtenção de recursos do local. A obra influenciou na mudança das correntes marítimas, alterando os locais onde apareciam as espécies como o berbigão e modificando a formação de bancos de areia. Orlando ainda relata que uma nova transformação nesse ambiente está em curso com a atual duplicação da estrada que leva ao aeroporto da cidade.

Essas questões impactam diretamente no dia a dia da comunidade. Para que os processos de decisão relacionados à reserva levassem em consideração as opiniões dos extrativistas, em 2012 foi criado um Conselho Deliberativo para a reserva. Esse conselho é integrado por órgãos do poder público; membros da população em geral, como coletores e desconchadeiras de berbigão e pescadores artesanais; membros da sociedade civil, como moradores do entorno; representantes de ONGs e do setor de pesca; e universidades públicas e privadas. Assim, a proteção ambiental é feita de forma participativa e integrada entre os diferentes agentes.

No ano de 2013, o ICMBio criou uma portaria com normas específicas sobre a extração do berbigão. Entre elas consta que a extração comercial só pode ser feita por meio da pesca artesanal, apenas com a utilização do “gancho”, e no caso da extração não comercial, apenas por meio da pesca científica ou de subsistência, de forma manual. Quando criada, a portaria tinha o objetivo de garantir a sustentabilidade do berbigão, conservar o ecossistema e manter a tradição da extração local com a garantia de trabalho e de renda para os extrativistas.

O ICMBio é também responsável pelo controle de uma lista, que não pode ser alterada, com mais de 200 nomes cadastrados de pessoas autorizadas a fazer a extração na reserva. Dessas, mais de 20 são autorizadas a extrair apenas o berbigão, apesar de que só quatro delas continuam realizando a atividade. De acordo com o analista ambiental Marcelo, a existência de pessoas realizando a extração de outras variedades é uma garantia da continuidade da reserva.

Panorama brasileiro

Além da Resex Marinha do Pirajubaé, única unidade de conservação (UC) dessa categoria localizada na região Sul do país, no Brasil existem outras 93 reservas extrativistas. Destas, apenas 15 também são denominadas marinhas. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Resexs são UCs utilizadas por populações tradicionais para subsistência através do extrativismo vegetal e animal. A extração de minérios e a caça são proibidas dentro dos limites territoriais das UCs.

Entre os objetivos da demarcação estão a proteção dos meios de vida e da cultura dessas comunidades, bem como a garantia de um manejo sustentável dos recursos naturais. Para que isso ocorra, a gestão é compartilhada entre o órgão responsável e a comunidade local, fazendo com o que o plano de manejo atenda às necessidades socioambientais da região.

Aristides Avelino Raulino: é pescador há 49 anos, sendo 26 deles dedicados à extração do molusco berbigão.

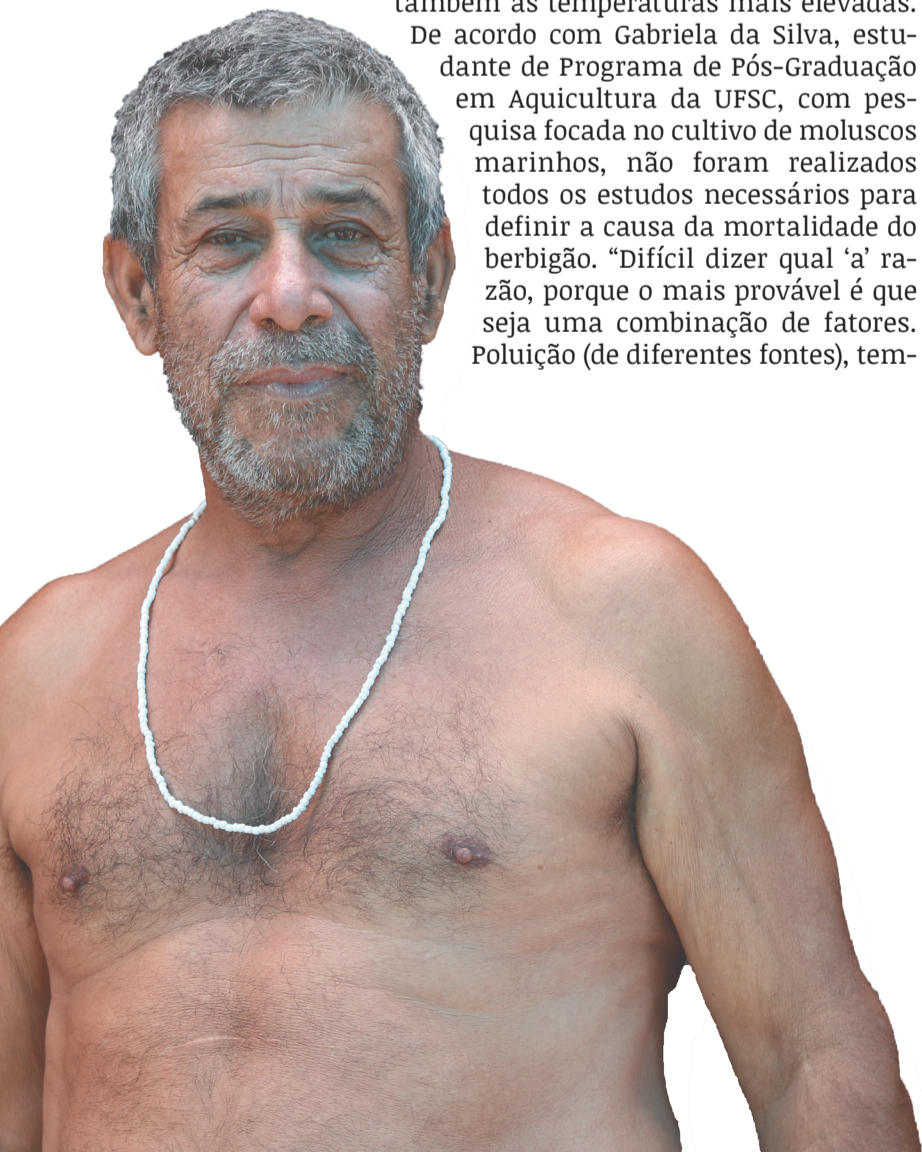




FOTO: CAROL GÓMEZ

As unidades de conservação são organizadas pela Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que estipula suas divisões, características e objetivos, e são categorizadas como Proteção Integral e de Uso Sustentável, que é o caso das Resexs. Ambas têm como princípio a preservação de ecossistemas; o que os diferencia, entretanto, são os objetivos principais que ultrapassam esse ponto.

No primeiro, por exemplo, o foco está na pesquisa, logo são permitidas atividades que envolvam coleta, consumo e interferência humana nos biomas naturais. As suas subdivisões de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre estão situadas em 663.716 km² do território brasileiro, o que equivale a cerca de 92 mil campos de futebol.

Já as UCs de uso sustentável visam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas”, conforme aponta o Instituto Socioambiental (ISA). Junto às Reservas Extrativistas, nessa divisão também estão as Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Interesse Ecológico, Florestas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares.

Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente de julho de 2018, existem, ao todo, 2.201 UCs registradas e regidas por competências federais, estaduais ou municipais, compreendendo uma área de aproximadamente 30% do território brasileiro. Criadas por meio de histórias de lutas desde os anos 80, quando os seringueiros da Amazônia batalharam por sua existência ameaçada pela expansão da agropecuária, as reservas extrativistas enfrentam, ainda hoje, impasses na conservação ambiental.

Um dos principais desafios é a implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Segundo o ISA, existem alguns projetos pilotos sendo desenvolvidos para levar educação básica, assistência à saúde e, sobretudo, agregar valor aos produtos coletados para garantir a dinâmica sustentável das UCs, mas o alcance ainda é pequeno e não beneficia todas as famílias. Seu Aristides conta que, após a criação da reserva do Pirajubaé, a comunidade percebeu que era preciso preservar o berbigão e ao mesmo tempo mantê-lo como sua principal fonte de renda. Para que isso fosse possível, era preci-



FOTO: CAROL GÓMEZ

so aumentar o valor do produto e retirá-lo em menores quantidades. O quilo passou a ser comercializado a um preço mais alto, levando em conta o sabor e a qualidade do molusco coletado na reserva.

Outro obstáculo é a continuidade das comunidades tradicionais. As gerações mais jovens precisam de condições sociais e econômicas para se manterem nas unidades de conservação e assumirem a liderança na luta pela preservação cultural e ambiental.

Na tentativa de mudar esse caminho, Aristides ensinou sua filha a valorizar essa história. Mesmo que ela não siga o caminho do pai, está pronta para defender a reserva e manter a tradição de sua família. Na Resex da Ilha de Santa Catarina, esses impasses são somados ao desaparecimento do berbigão e à transformação da região ecológica.

Mas os desafios também fortalecem a resistência. Apesar das dificuldades, pesquisadores e ativistas se unem à população local para garantir a continuidade da

unidade de conservação. Segundo o livro *A reserva extrativista marinha do Pirajubaé - Sujeitos, memórias e saberes etnobiológicos*, um projeto de coautoria entre a comunidade e a pesquisadora Liz Ribas, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), “a reserva sofre elevada pressão antrópica por localizar-se em área urbana. Atrelado ao processo de globalização e urbanização, o modo de vida ‘tradicional’ da comunidade local se encontra ameaçado. Nesse contexto, torna-se emergencial registrar o etnoconhecimento e as memórias dos sujeitos locais – [pois] uma vez extinto, dificilmente esse conhecimento será recuperado ou transmitido”.

Envolver a comunidade, os pesquisadores e a sociedade aproxima conhecimentos científicos e tradicionais, para assim manter vivo não só o ambiente, mas também a história dessa comunidade que durante gerações existe e subsiste dos recursos naturais e desempenha um papel fundamental na proteção da diversidade da natureza. **Z**

No topo: ao longo de décadas, foi do mar da Baía Sul que as bateiras saíam até o local onde os pescadores faziam a extração do berbigão.

Acima: é no rancho que Seu Aristides passa a maior parte do dia. Ali guarda o material da pesca, toma café, almoça, descansa e trabalha.

Caminho do meio é solução

Reduzir a produção desenfreada de lixo pode ser mais fácil do que parece. A mudança dos padrões de consumo e de comportamento já é um bom começo

Neste exato momento, há alguma criança em algum lugar do mundo fazendo aniversário. E dia de aniversário é dia de festa, o que exige muitos preparativos. É preciso escolher o bolo, a música, arrumar a casa e, principalmente, escolher a decoração. Balões, pratos, copos, docinhos, tudo combinando com o tema da festa. Depois de muita farrá, os convidados vão embora, e é hora de arrumar a casa. Todos os pratos, copos e talheres de plástico vão para o lixo. Os balões, que alguns dias depois já estão murchos, também vão direto para a lixeira. A festa, que durou horas, levará centenas de anos para efetivamente desaparecer do planeta. Isso porque todo o lixo gerado naquelas três ou quatro horas de evento levará muitos anos para se decompor.



IMAGEM: FREEPIK

Casa arrumada, restos da festa no lixo. Agora o problema não é mais aqui. Depois de colocar as sacolas para o lado de fora, é responsabilidade da cidade se “livrar” de tudo aquilo. Em Florianópolis, a Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) faz a limpeza pública e coleta de resíduos por todo o município. A coleta, realizada ao menos duas vezes na semana em cada bairro, tem como destino final o aterro sanitário de Biguaçu, cidade próxima à Capital. Esse aterro recebe o lixo de toda a região da Grande Florianópolis, composta por 22 municípios, que juntos geram, em média, 800 toneladas de lixo por dia, segundo a Comcap.

Em 2017, a prefeitura do município de Florianópolis fez um levantamento sobre a movimentação de resíduos na cidade e concluiu que 43% do que foi gerado naquele ano era reciclável e 35% era orgânico. Concluiu ainda que apenas 6,17% desse lixo foi desviado do aterro, ou seja, foi reciclado ou reaproveitado. Isso quer dizer que, no ano de 2017, os moradores de Florianópolis poderiam ter desviado do aterro quase 80% do lixo produzido, considerando-se que eram resíduos recicláveis e orgânicos. Depois da festa, casa arrumada, restos no lixo. Agora o problema não é mais aqui. Ou será que é?

“Floripa” pode mais

No dia 5 de junho de 2018, Dia Mundial do Meio Ambiente, Florianópolis apresentou uma proposta para se tornar a primeira cidade lixo zero do país. O programa “Floripa Lixo Zero” pretende investir R\$ 160 milhões para que, até o ano de 2030, 90% dos resíduos orgânicos e 60% dos recicláveis sejam desviados do aterro sanitário de Biguaçu. Para isso, os materiais recicláveis devem ser reutilizados ou reaproveitados, enquan-

to os orgânicos devem ser destinados para a compostagem para que vire adubo.

A preocupação dos governantes com o descarte correto e redução do lixo é reflexo das demandas dos “manezinhos” - nome dado aos moradores da Ilha. O contato direto com a natureza e a proximidade com a vegetação nativa são características centrais, que dão a Florianópolis uma “cara verde”. Isso, mais suas belas praias, atraem turistas de todas as partes do mundo. Muitas pessoas optam por morar na ilha, devido à qualidade de vida que a cidade proporciona. Não há dúvida de que este é um lugar com grande potencial para se tornar uma cidade lixo zero, mas um objetivo desse tamanho vem acompanhado de desafios ainda maiores.

Um dos grandes problemas da cidade é a poluição marinha. José Salatiel, professor do Laboratório de Mamíferos Aquáticos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), afirma que o microlixo de praia é o mais presente nas águas de Florianópolis. Formado principalmente por restos de plástico, ele se divide em várias partes e se espalha por todo o oceano, sendo um dos principais culpados pela morte de organismos marinhos, já que estes confundem o plástico com seu alimento. Além disso, a pesca é uma das bases econômicas que sustenta a cidade. O microlixo ingerido por certas criaturas marinhas como o camarão e o atum, vão diretamente para o próximo predador da cadeia alimentar, no caso, os humanos.

Para tentar resolver problemas como esse, foi criada pela Câmara de Vereadores, em setembro de 2017, a “Frente Parlamentar de Combate ao Lixo no Mar”. A frente atua por meio de projetos, como o “Floripa Livre de Plástico” que, em parceria com a ONG Route Brasil, faz mutirões

de limpeza nas praias. Na plataforma online da ONG, há diversos levantamentos sobre a quantidade de lixo plástico no mar. Uma projeção feita pela organização afirma que, até 2050, 99% das aves marinhas já terão ingerido o material.

Mas o lixo no mar não é o único problema que a cidade enfrenta. Por se tratar de uma ilha, Florianópolis é caracterizada por um relevo irregular, montanhoso e descontínuo, o que resulta em ruas íngremes e estreitas. Além disso, a especulação imobiliária obriga comunidades a ocupar regiões irregulares da cidade, o que, conseqüentemente, dificulta a coleta, convencional e seletiva em certos lugares. Como o caminhão de lixo não tem total acesso a algumas vias, a Comcap usa métodos alternativos para a retirada do material, como os “tapetões”. Com os tapetes, os garis puxam o lixo até um ponto onde o caminhão possa alcançar.

Daniela Penna, advogada, mora em uma região montanhosa da cidade e não tem, na rua de sua casa, a coleta seletiva da Comcap. Para poder destinar seu lixo de forma correta, Daniela leva todo o material, lavado e separado corretamente, até um dos pontos de coleta da Companhia, os ecopontos.

Ações como a de Daniela certamente contribuem para a conscientização ambiental entre seus amigos, colegas e vizinhos, mas, em grande escala, são diversos os fatores que dificultam a difusão de ações desse tipo e ainda distanciam Florianópolis do almejado lixo zero. Existe um “nó” de variáveis, com complicadores e agravantes, e que são pouco mencionados quando se fala da questão do lixo.

Para entender melhor essas questões, é esclarecedora entrevista com o professor da UFSC, José Salatiel, que tem trechos reproduzidos a seguir.

Aterro sanitário:
Biguaçu recebe 90% dos resíduos orgânicos da Grande Florianópolis.

Por outro ângulo

Começando pelo início, o que é sustentabilidade?

A sustentabilidade é a capacidade de suporte do ecossistema, e a capacidade de suporte é a quantidade de recursos necessária que você pode usar, sem esgotar nenhum recurso. Ou seja, para isso, é preciso reutilizar o máximo de coisas, sem gerar desperdício.

E o que Florianópolis precisa fazer para ser considerada uma cidade sustentável?

Para usar os recursos de maneira sustentável, primeiro você tem que saber qual o tamanho populacional máximo que a ilha pode ter, para manter um bom nível de qualidade de vida e qualidade ambiental. Então, a primeira coisa que precisamos pensar é em uma política demográfica - ou seja, um conjunto de medidas que alteram a evolução da população. Além disso, precisamos de uma política de bens de consumo. Precisamos pensar o que daquilo que consumimos é realmente necessário. É a ideia da mochila: pegue uma mochila e vá para o meio do mato. O que você colocaria nela? Só o necessário. Você nunca irá carregar mais peso do que precisa, porque você está se deslocando e não pode carregar peso extra.

Como aliar a sustentabilidade a uma boa qualidade de vida?

Para ter qualidade de vida em um ambiente sustentável eu preciso de: um ecossistema sadio e de qualidade - para isso eu não posso ter resíduos; equidade social - todo mundo tem que ter o mesmo acesso às coisas e as mesmas oportunidades; e por fim, uma economia correta. Então nosso maior problema de sustentabilidade hoje é a economia, que não é pensada nem para as questões sociais nem para as ambientais. A economia é baseada no consumo, diz o tempo todo que a gente deve consumir.

Como o consumismo influencia na sustentabilidade?

Nós estamos inseridos em uma sociedade que faz com que sejamos bombardeados pela propaganda e por informação. E toda esta informação está falando para você: consuma. Desde pequeno até a vida adulta. Como é que seremos pessoas sustentáveis se somos condicionados a pensar que “eu só sou feliz se eu sou consumidor; eu só sou alguém se eu sou consumidor; eu só tenho poder se eu consumo”? Fora que o consumo é uma forma de você estar competindo com o outro, porque a sustentabilidade é baseada nas relações ecossistêmicas, e o ecossistema funciona de forma colaborativa. Então para ter sustentabilidade você precisa de colaboração, e não competição. A competição é um mal desgraçado.

José Salatiel Rodrigues Pires é professor do Departamento de Ecologia e Zoologia do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, bacharel em Ecologia pela Unesp, mestre em Ecologia e Recursos Naturais e doutor em Ciências ambas pela UFSCar.

Mudando o hoje

Duas vezes por semana, Bárbara Segal, professora do Departamento de Ecologia e Zoologia da UFSC, pedala 20 quilômetros da sua casa até o trabalho. Seu estudo sobre ambientes recifais a colocou de frente com um grande problema enfrentado por essas pequenas comunidades: a emissão excessiva de carbono. Isso a incentivou a deixar o carro de lado e a tirar a bicicleta da garagem.

Há oito anos morando em Florianópolis, a mudança foi também uma tentativa de se reaproximar da natureza. Bárbara ainda tem na memória as doces lembranças das brincadeiras na roça. Hoje, ela tenta proporcionar a mesma coisa ao seu filho de 12 anos. Mas para que isso seja possível, e seu filho também tenha boas lembranças da vida, próxima à natureza, Bárbara faz a sua parte em prol da manutenção desses ambientes naturais.

Com pequenas ações no dia a dia, ela reinventa sua rotina, além de conscientizar seu filho da importância que isso tem, e do impacto que a falta de sustentabilidade pode causar. Xampu, creme para pentear, produtos de limpeza, desodorante: esses produtos não fazem parte da sua lista de compras. Entre dicas dos amigos, e depois de assistir a vários vídeos no Youtube, ela consegue substituir todos esses produtos por misturas feitas em casa, evitando a produção de muitas embalagens descartáveis.

“Sempre há alguma coisa que podemos fazer para contribuir com a saúde do planeta”

Através de uma CSA (Comunidade que Sustenta o Agricultor), Bárbara incentiva a agricultura local, comprando apenas produtos orgânicos de comerciantes da região. Assim, ela também evita a emissão de carbono, economizando no deslocamento desses produtos. O mesmo acontece com outros produtos para casa, como os sabonetes. O tempo e o dinheiro são os principais vilões que, na teoria, afastam as pessoas de uma vida mais sustentável. Mas na prática, não é bem assim. “Eu tomo um tempo do meu fim de semana preparando as coisas que eu vou comer durante a semana, mas eu tenho o maior prazer nisso, porque é um prazer poder cuidar de mim. Eu acho que é uma questão de como a gente olha esses cuidados com a gente mesmo. É claro que para isso você tem que priorizar, não dá para fazer tudo, então algumas coisas você deixa de lado”, relata Bárbara.

O tempo - ou a falta dele - não deve ser encarado como uma barreira, e sim algo a ser contornado e organizado. Priorizar o tempo livre para cuidar do seu próprio bem estar e da saúde do planeta é também uma forma de valorizar, cultivar e incentivar boas ações. E além de fazer bem para a mente, faz bem para o bolso.

Henrique Cordeiro, 20 anos, é estudante de Oceanografia da UFSC e atualmente trabalha na empresa Aures Ambiental, em São José dos Campos/SP. Uma das temáticas que estuda é o conceito lixo zero que envolve, entre outras coisas, a comercialização de resíduos. Ele explica que, uma vez separados e lavados, os chamados “recicláveis secos” possuem valor de mercado. Sim, lixo vira dinheiro.

Muitas empresas hoje lucram com esses resíduos, como a B2BLUE. A empresa paulista, que existe desde 2011, funciona por meio de um site onde a empresária e gestora ambiental Mayura Okura faz a intermediação entre compradores e vendedores de resíduos sólidos. E o rendimento do negócio é alto: até o fim de 2018, seu faturamento chegou a R\$ 12 milhões.

Novo conceito: o restaurante Origem é o primeiro a implementar a política de Lixo Zero do Brasil.



FOTO: SÓFIA DIETMANN

Todo dia, quando colocamos aquele “pacotinho” no lixo, deixamos de ganhar alguns centavos que, com o tempo, se tornam centenas e milhares de reais. É claro que não é nada fácil mudar de rotina e, às vezes, as mudanças parecem tão drásticas, que se perde o ânimo de ao menos tentar. Quanto a isso, a conversa com Bárbara resultou no título desta reportagem: o caminho do meio como solução. Sempre há alguma coisa a ser feita para contribuir com a saúde do planeta, ainda que nunca se poderá fazer tudo, pois é realmente muito complicado abraçar todas as causas de forma plena. Mas é possível, sim, aos poucos encontrar a forma de cada um contribuir. As pessoas podem realmente mudar várias coisas, como não usar produtos de limpeza industrializados, acabar com os copos descartáveis ou nunca mais comprar embalagens plásticas, por exemplo - mas se tudo isso parece impossível nesse momento, há de existir um caminho do meio. Um canudo a menos para utilizar, um copo plástico a menos para jogar fora. Qualquer ação é melhor do que nenhuma ação, e todas elas são de fundamental importância para as futuras gerações.

Colocando o lixo para fora

Neste exato momento, alguma criança em algum lugar do mundo, está fazendo aniversário. E dia de aniversário é dia de festa, o que exige muitos preparativos. É preciso escolher o bolo, a música, arrumar a casa, e, principalmente, escolher a decoração. Balões, pratos, copos, docinhos, tudo combinando com o personagem escolhido para ser o tema da festa. Depois de muita farrá, os convidados vão embora, e é hora de arrumar a casa. Só que dessa vez, essa história pode ser contada de outra forma.

Nesta nova versão, mais consciente do impacto do uso de descartáveis, todos os pratos, copos e talheres são feitos de material reutilizável. A decoração é pensada com objetos reciclados e balões biodegradáveis. Nessa festa de aniversário, o meio ambiente também comemora.

Todas as substituições feitas para essa festa também são aplicáveis em outras situações do cotidiano, tanto dentro quanto fora de casa. Quando comemos em restaurantes e lanchonetes, por exemplo, perguntamos ao garçom qual o melhor prato da casa ou onde estão os sachês de maionese. Nossa primeira dúvida nunca é sobre “como é descartado o lixo no seu restaurante?” ou se “os seus distribuidores mantêm uma lógica de entrega de produtos que seja ecologicamente correta?”. Essa nunca é a nossa primeira preocupação, pois este assunto ainda se mantém adormecido na indústria alimentícia. Há, no entanto, pessoas envolvidas em adotar melhores práticas nos seus estabelecimentos, em prol de um mundo mais limpo. É o caso da Alexandra, do Arthur e da Joana, que, há um ano, abriram o restaurante Origem, o primeiro restaurante lixo zero do Brasil.

Atualmente instalado no bairro Santa Mônica, em Florianópolis, o restaurante surgiu por meio da iniciativa de três amigos determinados a criar produtos ecologi-

camente corretos e economicamente viáveis. Numa casa de alvenaria em uma rua residencial, o Origem se destaca por suas muitas plantas e seu ar aconchegante. Logo na entrada, percebem-se nas mesas decorações feitas de garrafas reutilizadas e potes de vidro para manter os guardanapos. Na conversa com Alexandra, ela conta que, quando lançaram a ideia do restaurante, não sabiam que se tornariam o primeiro restaurante do Brasil a ser considerado lixo zero. Para possuir tal classificação, enfatiza Alexandra, é preciso que sejam desviados do aterro, no mínimo, 90% dos resíduos produzidos no local e que estes sejam destinados de forma correta.

Suas primeiras refeições foram as saladas armazenadas em potes de vidro. Quando o pedido é feito em casa, a salada é entregue no vidro, e, na devolução do pote, o cliente recebe um real de desconto - e o sistema funciona. Todo o lixo orgânico do local é devidamente separado e entregue para a compostagem. Para reduzir a utilização de plásticos em todas as etapas da produção, foi preciso “negociar” com os distribuidores. “A entrega do tofu, por exemplo, era feita em sacos plásticos. Cada quilo de tofu era entregue em uma sacola. Então a gente comprou potes resistentes e entregamos ao distribuidor. Agora ele traz o pote cheio e nós devolvemos um vazio, sem precisar usar saco plástico”, conta Alexandra.

Mas as ações dos três amigos não se limitaram ao espaço do restaurante. Na tentativa de impactar a rua inteira, criaram o “Projeto Semente”, e instalaram ao longo da quadra duas bombonas destinadas para a separação do lixo orgânico dos moradores. “Foi ideia do Tuca [Arthur], que falou para juntarmos o lixo orgânico da galera da rua, e compostar. Decidimos que nós íamos ser o ponto de coleta”, diz. E completa: “a galera está amando! As bombonas ficam cheias mais rápido do que a gente poderia imaginar. Todo dia vem um vizinho perguntar alguma coisa, tirar alguma dúvida ou dar alguma ideia”. A iniciativa, que começou com um pequeno grupo de Whatsapp com nove moradores, hoje conta com mais de 20 participantes. As bombonas instaladas na rua também estão sendo utilizadas para coleta de dados. Em setembro de 2018, as bombonas haviam coletado 124 quilos nos últimos 15 dias. Foram 124 quilos de lixo a menos nos aterros e lixões. “A intenção tem que partir da gente. Não adianta ter uma super ideia e esperar que as pessoas mudem a vida em função disso. Por isso a gente tenta facilitar ao máximo, para que as pessoas se envolvam”, diz Arthur.

Atualmente, Alexandra, Arthur e Joana não são os únicos a inserir a cultura do lixo zero nas suas cozinhas. Outros restaurantes da ilha também adotaram medidas similares, o que inspirou Paulo Ésio Neto, estudante de Oceanografia da UFSC, e mais dois amigos, a criar um aplicativo para mapear estes restaurantes, o Garapuvu App. A coleta de dados contou com um questionário como ponto de partida, além



de um trabalho de campo, “batendo de porta em porta”, como diz Pedro, conhecendo os restaurantes e visitando suas cozinhas. Os estudantes Paulo, Bruna e Guilherme contam que a ideia do aplicativo é ampliar a divulgação de estabelecimentos desse tipo e facilitar o seu acesso. “É fácil achar soluções para o dia a dia, fazer sabão, desodorante, comidas orgânicas... Mas e quando vamos comer fora, por exemplo?”, questiona. “No fundo essa é a ideia do Garapuvu, dar visibilidade às boas práticas, empoderar a população e ter uma mudança cultural no ato de consumir”, relata Pedro.

A ideia da criação do aplicativo surgiu durante um dos encontros promovidos pela “Frente Parlamentar de Combate ao Lixo do Mar”. A Frente, presidida pelo vereador Pedro Silvestre, Pedrão, organiza encontros regulares para debater o problema com a população. “Estamos habituados a sempre escolher o produto mais prático, mais rápido. Pegamos a fruta no mercado que está embalada em plástico porque assim conseguimos levar a embalagem direto para o trabalho, e não precisamos nos preocupar em colocar em um pote de vidro ou algum outro recipiente”, relata o vereador em um desses encontros na Lagoa da Conceição. “Mas essas escolhas têm um impacto, e o poder da mudança está nas nossas mãos. Não são as leis, nem as políticas públicas que vão, por si só, mudar essa realidade. E sim, o nosso poder de escolha”. Z

Projeto semente:

Bombona comunitária serve para recolher todo o lixo orgânico de uma rua do bairro Santa Mônica, em Florianópolis, para que tenha destinação correta.

Movimento antivacina ameaça saúde pública

Para a Organização Mundial da Saúde, teorias da conspiração e falsas pesquisas são alguns dos desafios para 2019

Aplicar a vacina contra o vírus da Influenza em pelo menos 90% das pessoas de grupos prioritários. Essa era a meta da Campanha de Vacinação para 2019, que hoje soma cerca de 53,5 milhões de vacinas distribuídas: o objetivo foi alcançado entre 10 de abril e 24 de junho. Desde 3 junho, os postos de vacinação estão sendo orientados a distribuir as vacinas que sobraram ao restante da população.

Mas mesmo com a meta geral alcançada, de acordo com nota divulgada pelo Ministério, nem todos os grupos que tinham prioridade conseguiram alcançar os 90% de vacinados. São eles: crianças, gestantes, pessoas com comorbidades, profissionais das forças de segurança e salvamento e população prisional. Mais de 2,6 milhões de crianças e 3,8 milhões de gestantes deixaram de se vacinar. Já entre os grupos que cumpriram a meta estão trabalhadores da saúde, parturientes, indígenas, idosos, professores e funcionários do sistema prisional. Santa Catarina, com 86,8%, juntamente com sete estados brasileiros, não alcançou a meta estipulada.

O recente crescimento de movimentos antivacina em todo o mundo pode estar afetando toda essa cobertura. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), esses grupos contra a vacinação estão entre os dez maiores desafios de saúde para 2019, já que comprometem todo o trabalho desenvolvido por anos para erradicar doenças como sarampo, caxumba, poliomielite e coqueluche.

Para a pediatra catarinense Mariana Regina Amaral Neto Silva, “um dos principais motivos para o crescimento da corrente de antivacinação são as *fake news*, que acabam atrelando as vacinas a outras doenças, como autismo ou infecções respiratórias, mas até agora não existem estudos que comprovem essas ‘teorias’. A vacina trivalente, por exemplo, é inativa, não possui vírus vivos em sua composição, sendo impossível causar algum problema”, conclui.

Muitas dessas ideias se desenvolveram com os avanços da internet, tornando-se o principal meio de ampliação da comunidade antivacina, sustentado a partir de notícias falsas e teorias da conspiração. Navegando pela rede, é muito fácil encontrar esse tipo de conteúdo: basta uma simples busca no Youtube para achar diversas aulas e palestras alertando sobre os supostos perigos da vacina e incentivando o boicote.

Um exemplo é o canal “Ciência de Verdade”, em que o professor Afonso Vasconcelos, doutor em Geologia pela Universidade de São Paulo (USP), defende assuntos como “terraplanismo” e “antivacinação”. O canal possui 258 mil inscritos e conta com mais de 17 milhões de visualizações.

No Facebook, o grupo “Vacinas: o maior crime da história”, possui cerca de 5 mil membros. Nele, é possível encontrar várias teorias e reportagens com fontes duvidosas que buscam validar os pensamentos de seus participantes. No grupo, também foi lança-



FOTO: FELIPE BARROS | EXLIBRIS | SECOM-PM

do um abaixo-assinado pelo fim da obrigatoriedade das vacinas, que atingiu a marca de mil assinaturas.

Para Jorge Aramuni, administrador do grupo e autor do abaixo-assinado, foi graças aos avanços sanitários, como a implantação de redes de esgoto, tratamento e tubulações de água durante a Revolução Industrial, que muitas doenças foram erradicadas. “Foi por isto que as doenças declinaram. Mas o sistema médico farmacêutico, de forma oportunista, resolveu dizer que foram suas vacinas que erradicaram as doenças. Isto é mentira!”, brada se opondo à importância das vacinas.

Buscando frear essa onda de notícias falsas, o Ministério da Saúde lançou o “Canal Saúde sem *Fake News*”, onde a pessoa pode tirar suas dúvidas diretamente pelo aplicativo Whatsapp. Basta mandar uma mensagem para o número (61) 99289-4640.

Como surgiu o movimento

Em 1998, a *The Lancet*, uma das mais renomadas revistas científicas de medicina publicou um artigo do pesquisador e cirurgião Andrew Wakefield, em que apontava a relação entre a vacina tríplice viral com o autismo. Além de ser infundada, a teoria apresentada por Wakefield foi refutada por diversas pesquisas que comprovaram não existir nenhuma relação entre as doenças e que os dados apresentados foram alterados em benefício de seu autor.

Apenas em 2004 a revista *The Lancet* se retratou publicamente pela falha ao apresentar um estudo sem embasamento. Em 2010, o Conselho Médico Britânico cassou a licença médica de Wakefield por fraude de evidências em sua pesquisa. O estrago do falso estudo repercute até hoje, já que, após a publicação do artigo, a procura por vacinas diminuiu no Reino Unido, tendo sido relatado aumento de casos de surto de sarampo no país, inclusive na atualidade. A Europa registrou um aumento de 400% de casos da doença em 2017, com 21.315 casos e 35 mortes registradas.

Muito desse crescimento de doenças na Europa deve-se à falta de políticas públicas de vacinação dentro daqueles países. Segundo a pediatra Mariana, “a Europa é formada em sua grande maioria por países bem desenvolvidos, mas que não possuem um calendário vacinal tão amplo quanto o do Brasil. Também existe o fato de pessoas mais elitizadas muitas vezes se considerarem imunes naturalmente a essas doenças,

acreditando que elas só ocorrem em países subdesenvolvidos. Esse pensamento aliado a falsas notícias faz com que esses vírus circulem cada vez mais, chegando até países que conseguiram criar certo controle”.

Elas estão voltando

Atualmente, o Brasil corre sérios riscos de enfrentar doenças que já haviam sido controladas no país. Só em 2018, foram confirmados 10.274 casos de sarampo, sendo 95% deles concentrados no estado do Amazonas; 312 municípios correm o risco de testemunhar a volta da poliomielite em 2019, já que o índice de vacinação contra a doença nessas cidades ficou abaixo de 50% nas crianças.

Além de movimentos antivacinação, desconhecer os perigos dessas doenças ajuda a diminuir o número de novos imunizados. Por terem sido vacinadas, pessoas com até 30 anos nunca conheceram tais doenças e, assim, acabam se descuidando na hora de vacinar os próprios filhos. A pediatra Mariana afirma que “quando uma política de vacinação funciona, ela acaba sendo silenciosa, já que evita a circulação desses vírus e garante a imunização das pessoas. Isso faz com que muitas pessoas acreditem que essas doenças não existem mais e deixem de procurar ajuda.” Apenas a varíola, segundo ela, está totalmente erradicada no mundo. “As outras doenças podem ser controladas e assim sanar os problemas que causam, mas os vírus continuam existindo e podem voltar com a diminuição da imunização”, completa.

Visando o combate das falsas informações, Mariana defende a necessidade de se investir mais em políticas públicas que envolvam a educação ampla de crianças e adolescentes sobre a necessidade das vacinas - além de se manter todas as campanhas que já existem no Brasil. “É preciso incentivar as pessoas a irem aos postos de saúde.”

A vacina da tríplice viral previne sarampo, rubéola e caxumba. Outra vacina que não deve ser negligenciada é a chamada “gotinha”, a vacina Sabin, responsável por controlar a poliomielite. Ao todo são 11 vacinas obrigatórias que a criança deve tomar até os 15 meses de vida, e todas elas são fornecidas gratuitamente pelos postos de saúde. **Z**

Prevenção: a vacinação é a principal medida para enfrentar diversos vírus, como gripe, sarampo, caxumba e a poliomielite.

Em 2018,
dados oficiais
confirmaram 10.274
casos de sarampo
no Brasil